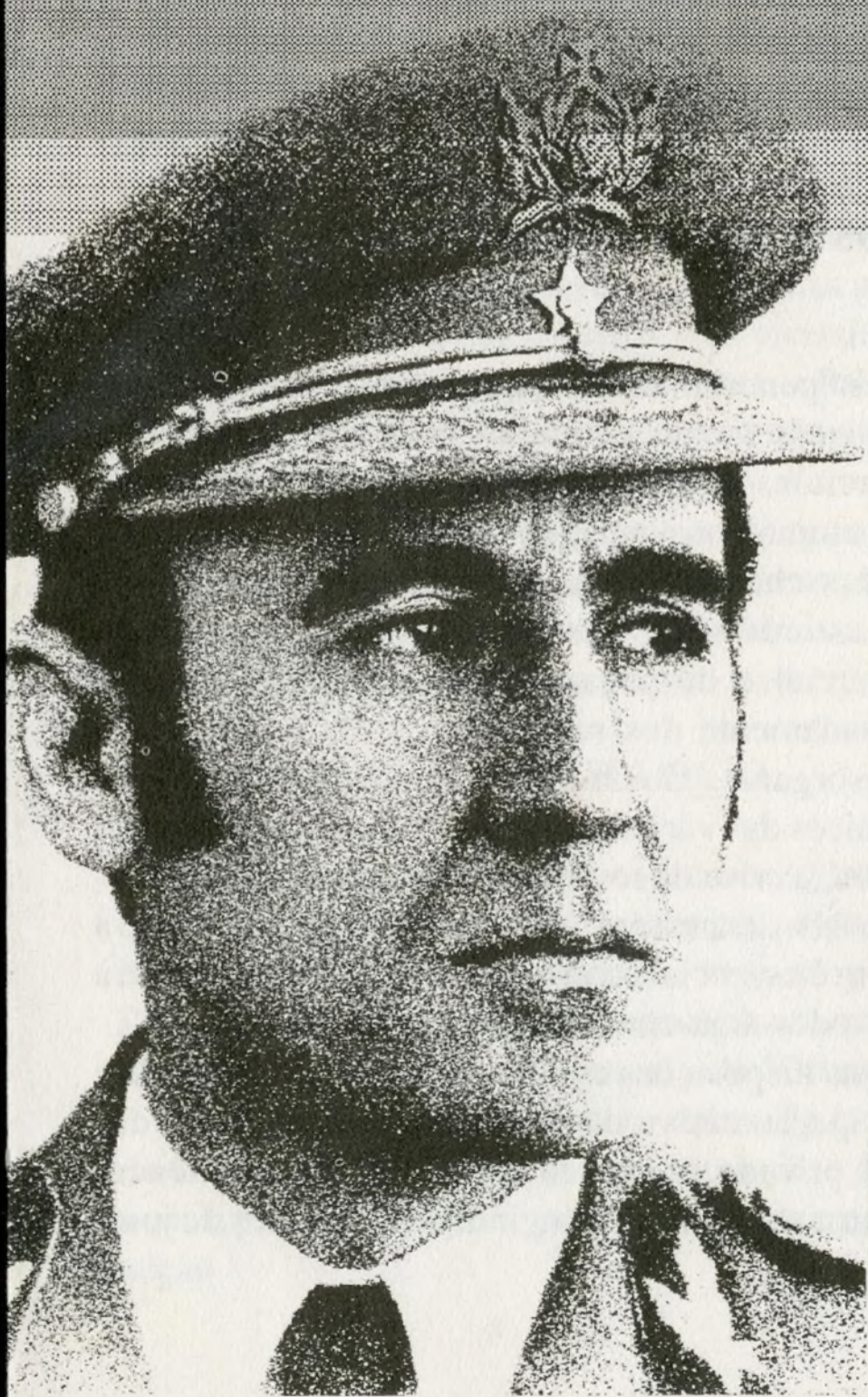


Ramalho Eanes

aos

portugueses



**Candidatura
à Presidência da República
1976**

ABM

Ao apresentar-me como candidato ao cargo de Presidente da República, a exercer durante os próximos cinco anos, assumo expressamente o solene compromisso de respeitar com rigor a livre vontade do Povo Português.

Este compromisso traduz-se, antes de tudo, na garanti de que cumprirei fielmente a Constituição, como projecto nacional definido pelos legítimos representantes do Povo, e em cuja execução todos os portugueses se devem sentir empenhados, participando assim na construção da Democracia política, económica, social, e cultural e no fortalecimento da nossa identidade nacional.

É na justiça, na igualdade, no respeito pelos direitos e liberdades, na resposta às aspirações conscientes e honestas de progresso partilhado por todos, que deverão processar-se as transformações políticas, económicas e sociais imperativamente necessárias à construção de uma sociedade nova cuja via foi aberta em 25 de Abril de 1974.

A resistência com que o Povo Português soube responder a todas as situações históricas ditatoriais, nomeadamente a última, caldeou a sua determinação de viver a liberdade e a paz. Trata-se de fazer um socialismo à medida do homem português, não decalcado de experiências alheias, mas vazado nos valores, na história, na cultura e nas características do Povo que somos, alicerçado na dignidade do Homem, como cidadão e como trabalhador, e fiel, em todos os momentos, à vontade popular expressa pelo sufrágio. Porque só o Povo Português é competente para definir as metas, os critérios e os ritmos da sua caminhada para o futuro.

Sem demagogia e com sinceridade, dirijo-me aos trabalhadores portugueses. Homem que sempre viveu do seu trabalho e se habituou a respeitar todos aqueles que, nas cidades e nos campos, foram vítimas da exploração e da opressão, sinto com eles que é o momento de se tornarem os sujeitos da sua própria emancipação e de assumirem as suas responsabilidades na gestão das empresas e nos destinos do País.

INTRANSIGENTE DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS TRABALHADORES

Os direitos fundamentais dos trabalhadores, tão penosamente conquistados, e agora consagrados na Constituição, serão por mim intransigentemente defendidos. A reconstrução da economia nacional não se fará à custa desses direitos, mas exigirá uma crescente maturidade política que evite sacrificar o futuro a ilusórias utopias ou vantagens imediatas.

Não posso ocultar que está diante de nós um tempo cheio de dificuldades. Teremos de resolver problemas da maior gravidade: o aumento do custo de vida, a ausência de investimentos, o desemprego, o desequilíbrio nas balanças comercial e de pagamentos, as deficiências nos domínios da saúde, da segurança social designadamente dos reformados e da habitação, a situação precária dos deslocados de África, a desorganização de um sistema de ensino que se busca a si próprio, os desequilíbrios socio-económicos das várias regiões do País e dos diferentes sectores socio-profissionais, a carência de quadros, a crise de responsabilidade e de competência, são outros tantos espinhos que só poderão ser arrancados com muito trabalho, com a consciência plena de que a participação de cada um é essencial ao progresso da colectividade e à criação de uma sociedade em que o esforço de todos seja compensado com justiça.

Se todos cumprirem correcta e dedicadamente as disposições constitucionais que consagram as instituições democráticas, asseguram a participação activa das classes trabalhadoras e das suas organizações, e salvaguardam a iniciativa privada, a par da que ao Estado pertence, conseguiremos certamente superar a crise, relançar a economia e atingir níveis elevados de justa distribuição da riqueza que soubermos criar.

O sector público e nacional terá de encontrar os caminhos da sua viabilidade, deixando de ser um encargo e passando a desempenhar, de facto, o papel dinâmico que lhe incumbe no desenvolvimento do País.

A iniciativa privada terá, também, neste processo de transformação, o seu lugar próprio bem definido e a sua função de estímulo competitivo. Os pequenos e médios empresários, esmagados até ao 25 de Abril — por um capitalismo monopolista que não voltará a este País — merecerão todo o apoio que a sua actividade justifica.

CONTINUAR A REFORMA AGRÁRIA CORRIGINDO EXCESSOS E IMPEDINDO OUTROS

Cabe ainda uma palavra de incitamento, e igualmente de apoio, ao desenvolvimento cooperativo, como forma organizada de realização dos interesses dos produtores e dos consumidores.

Tal como a Constituição a define, a Reforma Agrária terá que ser, e será, tempo e modo de desalienação do homem que trabalha a terra ou a ela está directamente ligado pela sua actividade. Será executada com tenacidade, consumando-se a eliminação do feudalismo latifundiário, corrigindo-se todos os excessos cometidos e impedindo-se que outros venham a verificar-se.

A resolução do problema agrícola, aliás, é um desafio à nossa capacidade. Quaisquer soluções devem ter em conta os interesses dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores e a igualdade de condições entre os que trabalham a terra e os demais trabalhadores.

A complexidade e a profundidade das transformações económicas e sociais, que urge empreender, exigem a sua articulação e racionalização no quadro de um Plano. Este Plano, longe de ser só um instrumento tecnocrático do crescimento, deverá também constituir a síntese harmoniosa das escolhas individuais e colectivas dos padrões de vida dos portugueses. E deverá ser ainda o instrumento orientador das actuações que assegurarem condições de reintegração plena aos que no caminho da emigração procuraram melhores condições de vida, aos deslocados de África e àqueles que os erros e as vicissitudes do passado remoto e recente conduziram ao desemprego. Não se trata só de fazer o País mais rico, trata-se sobretudo de fazer um País melhor, onde as pessoas se sintam cada vez mais libertas das suas preocupações materiais para se dedicarem à realização mais completa da sua humanidade integral.

Portugal tem que encontrar em si próprio, nos seus recursos e no seu trabalho, a sua verdadeira dimensão. E esta não pode mais ser a de um País dominado pelo Terreiro do Paço mas sim a de um País organizado em comunidades locais capazes de resolverem os problemas quotidianos das populações e de assegurarem a sua participação real na vida política e administrativa.

DEMOCRACIA E PODER LOCAL

Fechado o «ciclo do império», temos agora de encontrar novos mundos em todas as terras que compõem a nossa Pátria. A Democracia começa em cada um dos portugueses, em cada uma das nossas cidades, vilas e aldeias e tem no poder local a sua mais próxima manifestação. A Democracia exige ainda a efectivação da autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira, como partes integrantes de Portugal.

O princípio democrático deve acima de tudo enformar e regular o funcionamento dos órgãos do Estado. O Presidente da República não é o único desses órgãos e não lhe cabe nem governar, nem legislar. Cabe-lhe, porém, estabelecer o equilíbrio entre todos e imprimir unidade à sua acção

Tudo farei, pois, para que o Conselho da Revolução, expressão política das Forças Armadas e símbolo e garante do espírito da Revolução do 25 de Abril, cumpra os objectivos que lhe são constitucionalmente atribuídos. Tudo farei para prestigiar a Assembleia da República, primeiro Parlamento livremente eleito entre nós desde há cinquenta anos, supremo órgão do poder legislativo, no qual se consubstancia a própria Democracia pluralista. Tudo farei para assegurar condições de autoridade e eficácia ao Governo, com vista a poder enfrentar os graves problemas que afligem os portugueses.

Há que dignificar os Tribunais, únicas instituições às quais incumbe administrar a justiça neste País, protegendo os direitos dos cidadãos e preservando a legalidade. Da sua independência, da força moral que devem possuir e da sua capacidade para verter na vida as regras constitucionais e as novas leis, depende largamente o clima de liberdade em segurança em que queremos viver e conviver.

Das Forças Armadas, a que me honro de pertencer, virá também o contributo indispensável para a realização dos grandes objectivos nacionais. Procurarei manter a sua coesão e operacionalidade ao serviço da Democracia e da Independência Nacional.

DIGNIDADE NACIONAL E CORRECTA INSERÇÃO NA COMUNIDADE INTERNACIONAL

Nas nossas estruturas democráticas encontraremos a base moral e a raiz política de uma correcta inserção na comunidade internacional, com as responsabilidades inerentes ao respeito que os Estados devem uns aos outros e à solidariedade com que todos os Povos do Mundo procuram construir a Paz.

País europeu, Portugal muito tem a dar e a receber do Continente em que se encontra situado, e a nossa participação activa nas diversas instituições europeias é um imperativo a que não podemos, nem queremos, furtar-nos.

Ao mesmo tempo, pretendemos desenvolver a nossa cooperação e amizade com todos os Povos do Mundo e as relações com os Estados de todos os Continentes dedicando especial atenção aos novos Países Africanos de expressão portuguesa e ao povo irmão do Brasil.

Estas relações serão sempre baseadas no princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados — princípio a que não admitiremos excepções de qualquer ordem — e no respeito mútuo pela sua soberania.

O 25 de Abril foi realidade e processo de libertação, que possibilitou as conquistas revolucionárias do nosso Povo. O 25 de Novembro pôs termo a um clima de golpismo e de anarquia, que só poderia conduzir de novo Portugal à miséria e à ditadura.

Hoje, estão criadas condições, que me comprometo solenemente a assegurar e desenvolver, para a realização do grande objectivo nacional definido na Constituição: garantir o primado do Estado de Direito Democrático, abrindo o caminho para uma sociedade socialista, no respeito permanente da vontade do Povo Português.

A nossa Pátria, velha de mais de oito séculos, saberá encontrar, na renovação criadora assente na dádiva consciente de cada um para a obra colectiva, a sua autêntica Dignidade Nacional e o lugar a que tem direito no Mundo.

É neste espírito e com este projecto que me apresento ao Povo Português. Estou certo que todos juntos conseguiremos realizá-lo e erguer um futuro em que os nossos filhos sejam verdadeiramente senhores do seu destino, e os Portugueses verdadeiramente senhores do destino de Portugal.